



MINORIAS E PRÁTICAS COMUNICACIONAIS: AS LÉSBICAS ON LINE¹

Trabalho submetido ao GT 07 Práticas Sociais da Comunicação do VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul

Autores: Vera Teresa Spcht da Costa, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação-PPGCOM/UFRGS.

Dr. Valdir José Morigi, professor adjunto do PPGCOM/UFRGS².

RESUMO

As minorias encontram possibilidades para debate, organização e visibilidade nos ambientes comunicacionais digitais mais diversificadas do que nos suportes tecnológicos anteriores. Sexualidade, identidade, poder, política e mídia são campos com profundo inter-relacionamento e, especificamente quanto à homossexualidade feminina, as tensões se materializam tanto pelo gênero quanto pelo exercício da sexualidade fora das normas hegemônicas na sociedade. Considerando estas questões, este trabalho examina dois sites para lésbicas brasileiras na Internet sob a perspectiva de que no espaço virtual, as minorias e os indivíduos disputam audiência e influência política com os grandes conglomerados corporativos.

PALAVRAS-CHAVE

Lesbianismo; Minorias, Visibilidade Midiática; Internet e Interconexão.

1 INTRODUÇÃO

A presença cada vez maior da diversidade de grupos que integram o ciberespaço desperta o interesse pelo estudo das práticas comunicacionais em suportes virtuais. Este artigo procura analisar comunidades lésbicas brasileiras na Internet a partir de pesquisas sobre o comportamento das minorias, interligando as temáticas da sexualidade, das relações de poder e da política para compreender como eles se inserem nos ambientes digitais, ao mesmo tempo em que busca entender a complexidade da comunicação contemporânea, cuja lógica operacional é orientada pela interligação dos diversos

¹ Trabalho submetido ao GT 07 – Práticas Sociais da Comunicação do VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul

² Vera Teresa Costa, mestranda do PPGCOM/UFRGS. Jornalista, especialista em Marketing pela mesma universidade. E-mail: veratcosta@terra.com.br

Valdir José Morigi, professor do PPGCOM/UFRGS, Doutor em Sociologia, Universidade de São Paulo/ USP. Atua na Linha de Pesquisa Comunicação, Representações e Práticas Culturais, tendo como áreas de interesse Cultura Popular e redes de sociabilidade; Representações sociais; Práticas informacionais; Mídia, infância e sociedade e cidadania. E-mail: valdir.morigi@ufrgs.br.



suportes –midiáticos e interpessoais – propiciando um ambiente denso e múltiplo de interações.

As práticas comunicativas na esfera pública midiaticizada fazem emergir comunidades que sobreviveram e resistem. A visibilidade da diversidade cultural das comunidades lésbicas no ciberespaço cria novas tensões, disputas, confrontos e conflitos frente à cultura hegemônica do mundo normalizado da heterossexualidade a fim de obter o reconhecimento de sua existência e de sua identidade.

2 MINORIAS, LESBIANISMO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA

A noção de minoria assumida neste trabalho, designação rejeitada por setores significativos do movimento lésbico, não diz respeito à prática da sexualidade, mas vincula-se ao conceito de setores sociais cujas demandas específicas não são atendidas pelo Estado ou sequer reconhecidas como legítimas pela sociedade. A característica marcante seria seu impulso transformador como salienta Sodré (2005, p.12):

Lugar ‘minoritário’ é um *topos* polarizador de turbulências, conflitos, fermentação social. O conceito de minoria é o de um lugar onde se animam os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder. Implica uma tomada de posição grupal no interior de uma dinâmica conceitual.

Nesta perspectiva, as lésbicas vêm se mostrando como “um lugar de transformações” justamente por se caracterizarem principalmente como “[...] um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica”. Na concepção de Sodré, quatro itens são enunciados para caracterizar as minorias que explicitam a condição lésbica. A primeira delas é que as minorias apresentam uma vulnerabilidade jurídico-social não estando institucionalizadas nem contempladas nas políticas públicas. É o caso da legislação dos direitos de família voltados para o casal heterossexual (matrimônio, herança, seguridade social, adoção, etc) e do atendimento à saúde desconsiderando a especificidade. A segunda diz respeito à identidade coletiva que se apresenta como em formação, *in statu nascendi*, se alimentando justamente do “ânimo e da força” inerentes a esta condição.

As outras duas características – a luta contra-hegemônica e as estratégias discursivas – são marcas relevantes do lesbianismo, aqui tomado como entidade coletiva. Sem objetivo insurrecional de tomada do poder, através de ações



essencialmente discursivas (também pela organização de outras ações), elas questionam a heteronormatividade sexual que ocasiona sua estigmatização na sociedade, reforça a dominação e sedimenta o poder hegemônico. Algumas estudiosas e militantes importantes como Gayle Rubin, Monique Wittig, Nicole-Dominique Mathieu, Teresa de Lauretis e Judith Butler ressaltam ser a sexualidade um produto socialmente construído, cuja prática binária não é determinada pelo corpo, mas naturalizada dentro dos aparatos e espaços sociais para reforçar a dominação patriarcal. É o sexo discurso de que fala Navarro-Swain (2000 p.77):

Este *sexo-discurso* produz desse modo corpos aos quais se atribui um sexo-significação de forma binária e normatizadora, em torno da procriação e em sexualidades diversas que não cessam de se referir ao sexo ‘originário’, o reprodutor. A *heterossexualidade compulsória* aparece assim como um mecanismo regulador de práticas e definidor de papéis, restritos aos desenhos morfológicos e genitais, isto é, à correspondência exata entre *sexo biológico/gênero* social que o lesbianismo e homossexualidade em geral, desmentem. [grifos da autora].

É na contra-argumentação da naturalização de que as marcas biológicas do corpo determinam compulsoriamente um comportamento de gênero e o exercício da sexualidade hetero, que será constituído o dispositivo simbólico³: *a existência de múltiplas sexualidades*. “[...] a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções. Processos profundamente culturais e sociais”. Conforme Louro (2000, p.11), a sexualidade envolve “[...] as formas de expressar desejos e prazeres” e é socialmente construída variando de acordo com as práticas culturais, história social e as relações de poder. A existência da multiplicidade sexual questiona profundamente a chamada “normalidade binária” estabelecida como padrão e estigmatizadora da “anormalidade” dos que não a praticam ou aceitam. “Paradoxalmente, esses sujeitos ‘marginalizados’ continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam”.(Louro, 2004, p.11).

A expressão “sopa de letrinhas” explica a busca de uma sigla, num debate interno recorrente nos movimentos homossexuais brasileiros, designador da abrangência da multiplicidade homossexual. Diversidade (ou diferença) e identidade são conceitos

³ O conceito de dispositivo, neste caso, não é utilizado no sentido desenvolvido por Michel Foucault que o revela como um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, leis, regulamentos, medidas que regulam, normatizam e estabelecem punições na sociedade.



centrais para os movimentos lesbianos, em especial, e para os do homossexualismo⁴ em geral. As identidades coletivas, construídas em oposição à existência do “outro”, trazem consigo a concepção do diferente. Ao se constituírem simultaneamente na sociedade, elas demonstram que está explícita uma relação de poder para marcar os incluídos e os excluídos. Como afirma Hall (2000, p.110), as identidades podem funcionar como “[...] pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto”. Elas não convivem em harmonia, mas em disputa pelos recursos simbólicos e materiais opondo valores e conceitos binários, em que a identidade é caracterizada pelos melhores atributos. O paradoxo de que nos fala Louro, vem da normalização de determinadas características conforme aponta Silva (2000, p.83):

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. A identidade normal é ‘natural’, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade. (grifos do autor).

Assim, os padrões hegemônicos naturalizam-se – tornam-se invisíveis - compelindo os “diferentes” a constituir parâmetros próprios. No caso da homossexualidade, a busca de uma identidade coletiva apresenta um variado leque de enfoques e posições, pois as subjetividades também necessitam ver-se representadas. Com isso, existe a tendência de que subjetivação leve à especificidade e, esta ao essencialismo. Assim, a identidade lesbiana não estaria contemplada no movimento gay, o mesmo acontecendo com os transgêneros, com os travestis, etc. Uma identidade coletiva homossexual estaria fragmentando-se na proporção de sua especificação organizativa, pois a politização das diferenças sem que produzam as desigualdades ou retalhem a unidade do movimento revela-se uma situação delicada.

No caso das lésbicas, a inserção em uma identidade coletiva debate-se ainda entre duas questões: o gênero e a sexualidade. Essa realidade as coloca entre as demandas e reivindicações das feministas e a agenda do movimento homossexual. Entre os dois pólos, a busca de uma identidade, tem levado o movimento lesbiânico a discutir a invisibilidade a que são submetidas em uma e em outra esfera. Situadas neste lugar fronteiriço, elas partilham com as feministas - desde os movimentos constituídos a partir

⁴ Este debate não é circunscrito à homossexualidade, mas aqui somente será abordado nesta perspectiva.



dos anos 60 onde tiveram participação ativa - a luta contra a opressão masculina na sociedade patriarcal, mas cuja pauta obliterou as questões lesbianas. No movimento homossexual, iniciado ao final desta mesma década, onde estão abrigadas as demandas da sexualidade, no entanto, esconde as de gênero. Entre os dois, o primeiro é considerado heterocentrista e o outro patriarcalista, os movimentos lesbianos brasileiros – e também, a produção acadêmica – ora, abrigam-se num ou noutro referencial enquanto constroem seu caminho.

3 VISIBILIDADE E MÍDIA

A diferenciação buscada pelas lesbianas brasileiras adota a estratégia da visibilidade para combater o preconceito, pela implantação de políticas públicas específicas e por alterações na legislação vigente. "A maior violência contra nós, lésbicas, é o fato de ainda estarmos invisíveis"⁵. Na Europa e nos Estados Unidos, o movimento lésbico já possui um reconhecimento público, mas no Brasil, a solidificação de uma pauta independente somente foi consolidada no I Seminário Nacional de Lésbicas-SENALE, realizado em 1996 no Rio de Janeiro, representando um marco aglutinador do lesbianismo brasileiro. Nas cinco edições subsequentes, a visibilidade tornou-se uma bandeira reafirmada pelos diferentes grupos e associações, instituindo-se o dia 29 de agosto como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica⁶.

Essa estratégia tem dois objetivos: a subjetividade e a mídia, que se interinfluenciam. O primeiro deles diz respeito à exemplaridade, isto é, através da assunção pública como lésbicas, geram-se condições de identificação para que outras mulheres possam dar o mesmo passo. Criam-se redes de solidariedade que manifestam apoio, mantidas por diversas organizações não-governamentais e associações, através de assistência psicológica, jurídica, social, material, etc. Na Internet, as listas de discussão de lésbicas contêm vários depoimentos de dificuldades individuais e outras tantas respostas de solidariedade. Os relatos e depoimentos mostram reveladora coincidência com as pesquisas coordenadas pelo professor Sérgio Carrara, nas paradas de Orgulho Gay em São Paulo e Rio de Janeiro, as lésbicas – entre homens e mulheres bi e

⁵ Depoimento de Rosangela Castro em matéria originalmente publicada no site do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas-IBASE e republicada pelo CMI-Centro de Mídia Independente em 21/08/2005.

⁶Data de abertura do I SENALE. Campinas (SP) e Porto Alegre (RS) são duas cidades brasileiras com leis locais, aprovadas pelas câmaras municipais, instituindo oficialmente a data.



homossexuais – são as que mais sofrem discriminação no ambiente familiar num patamar de 30% das entrevistadas. “Trata-se de perguntar aqui se os círculos mais próximos (amizade e família) são os mais discriminadores ou se é nestes círculos que tais experiências são afetivamente mais significativas e, portanto, mais dificilmente relevadas”.(Pesquisa CLAM/IMS, 2006, p.45).

No entanto, o *coming out* (saída do armário) não é fortalecido exclusivamente pela solidariedade entre iguais: a visibilidade midiática é fundamental como demonstram pautas dos programas de congressos e encontros.⁷ Desde declarações de personalidades e celebridades, reportagens em jornais – ainda que mais circunscritas aos cadernos culturais -, editorias de comportamento das revistas semanais ou às dedicadas ao público feminino até telenovelas ou seriado norte-americano *The LWorld*⁸, o lesbianismo tornou-se assunto. A mídia esconde e revela e, nesse jogo, necessariamente não irá veicular os princípios discursivos assumidos pelo movimento. O jornalismo, orientado pelo acontecimento, as notícias veiculadas sobre a homossexualidade feminina, geralmente, são sob dois enfoques: o espetacular ou o inusitado.

No primeiro, é preciso destacar que as paradas gays realizadas em todo o país representam um momento ímpar de visibilidade midiática e vem se consolidando também como um “[...] espaço de mobilização social por demandas políticas”, como destaca Facchini (2006, on-line). Inclusivas e diversas, elas mobilizam simpatizantes e apoio de outros movimentos sociais como os feministas, os de defesa dos direitos humanos, os ecologistas e outros, constituindo uma rede social. Nestes momentos, onde se misturam a festa e a política, as lésbicas ficam diluídas nos noticiários porque “[...] o foco é sempre nas *drag queens*, nos gays”⁹. Já o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica dificilmente é destacado, apesar das paradas organizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Faria de Santana, João Pessoa e Campinas. Em 2006, cerca de 2.500 mulheres realizaram em São Paulo uma caminhada comemorando a data, a Folha

⁷ O VI Seminário Nacional de Lésbicas-SENALE, realizado em Recife em 2006, dedicou espaço específico para traçar estratégias quanto à visibilidade na mídia.

⁸ De “Torre de Babel” à “Senhora do Destino”, a Rede Globo vem reservando o lesbianismo às telenovelas. Também no segmento de entretenimento, a MTV apresentou especial lésbico no programa “Beija Sapo”. *The Lworld*, seriado americano em quarta temporada, mostra o cotidiano de um grupo de Las Vegas num estilo denominado de *lesbian chic*. Transmitido no Brasil pelo canal a cabo Warner, originou citações, análises e registros nos sites e listas de discussão no país.

⁹ Depoimento de Cláudia Machado, diretora-executiva do Colerj-Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro, em matéria originalmente publicada no site do Instituto Brasileiro de Análises



OnLine não registrou e o Globo OnLine não faz menção à data em seus arquivos.¹⁰ Estes dois jornais foram escolhidos para pesquisas porque tem representatividade nacional e porque liberam buscas em seus arquivos noticiosos on line para não-assinantes.

A relação da mídia com movimentos sociais e minorias sempre foi um campo conflituoso. Ao refletir sobre as relações entre os processos de midiática e as estratégias de intervenção dos movimentos sociais para sua a visibilidade midiática das suas reivindicações, Cogo (2004), delinea cenários para a localização do movimento lésbico. Ao definir a existência de um cenário configurado por *estratégias e políticas de visibilidade midiática*, a autora ressalta que eles emergem de processos combinados entre afirmação e disputa nos campos da mídia como fruto da ação dos movimentos e indivíduos.

Através da busca dessa visibilidade, cujas dinâmicas assumem um caráter mais ou menos organizativo, essas micropolíticas cotidianas de visibilidade vão demandando a inclusão, na agenda pública, de uma multiplicidade de demandas simbólicas e materiais. (COGO, 2004, CDROM).

Reis e Maia (2006, p.50), ao analisarem as estratégias comunicacionais utilizadas pelo jornalismo para enquadrar os movimentos gays brasileiros, alertam que mesmo diante da permanência do preconceito contra os homossexuais, o enfoque de incluí-los dentro dos Direitos Humanos dificulta a argumentação pública racional contra eles por invocar o princípio da igualdade. “Um argumento construído por meio do apelo à igualdade e à justiça ergue-se com um vigoroso poder de convencimento”.

Minoria identitária que se firma como movimento social¹¹ com demandas políticas, o lesbianismo vive atualmente num “momento de cidadania”, como define Jeffrey Weeks (1998), ou cidadania sexual que inclui homossexuais, heteros, múltiplas etnias, pobres ou ricos na sociedade contemporânea caracterizada pela democratização nos relacionamentos marcados pela quebra dos paradigmas tradicionais, pelo igualitarismo e pela autonomia.

Sociais e Econômicas-IBASE e republicada pelo CMI-Centro de Mídia Independente em 21/08/2005.

¹⁰ Pesquisa realizada pelos autores em 19/03/2007 sob os parâmetros visibilidade lésbica e dia nacional da visibilidade lésbica apresentou os resultados citados.

¹¹ Regina Facchini verifica uma variedade de denominações e enfoques do conceito. O critério utilizado pela autora na análise do movimento homossexual dos anos 90, foi o reconhecimento próprio e público desta minoria como movimento social. Aqui é adotado o mesmo parâmetro para o movimento lésbico.



But without a claim to full citizenship, difference can never find a proper home. The sexual citizen makes a claim to transcend the limits of the personal sphere, but the going public is, in a necessary but nevertheless paradoxical move, about protecting the possibilities of private life and practice choice in a more inclusive society. (WEEKS, 1998, p.17)¹².

Se, como afirma Weeks, sem uma cidadania plena, a diferença nunca será resolvida, a introdução do tema do lesbianismo na esfera pública tornou-se imperativa. O conceito de esfera pública abrange diversas significações, mas aqui ela será tomada na concepção de Habermas, em sua formulação contemporânea, “[...] como uma *estrutura comunicacional* do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo”. (Habermas, 1997, p.92). Ao admitir uma multiplicidade de esferas onde a porosidade e a interligação entre si são constantes, ele as denomina como informais e características das sociedades complexas contidas numa esfera pública geral definida por sua relação com o sistema político nos Estados Constitucionais. Nestes Estados, o princípio democrático garante a inclusão de novos temas dependendo da ação discursiva dos atores da sociedade civil. Em todo este sistema, a mídia cumpre um papel central, informando ou pautando os debates.

O autor não avalia especialmente a Internet como uma destas esferas informais, mas, ela comporta a informação e debates simultâneos de temas diversos constituindo-se uma arena privilegiada e quebrando os discursos monopolistas da comunicação - para a sociedade civil que pode conectar-se em escala global a partir de interesses específicos. Formam-se as chamadas redes cívicas que devem ser vistas “[...] como ‘arenas discursivas temáticas’, locais de contestação, de argumentação e de deliberação”. (MAIA, 2002, p.7). A autora, ao examinar a Internet como uma esfera pública virtual, ressalta que estas redes articulam discursivamente os próprios valores e interesses, oferecendo-os ao debate da sociedade civil.

4 AS VOZES PRÓPRIAS NA REDE: SITES E PORTAIS

Excetuando-se os espaços noticiosos dos grandes jornais, a presença do discurso lesbiano no ciberespaço ocorre, prioritariamente, em duas modalidades: nos portais e

¹² “Mas sem a reivindicação por uma cidade completa, a diferença nunca encontrará seu lugar apropriado. O cidadão sexual reivindica transcender os limites da esfera pessoal, mas o torna-se público, é um movimento necessário e apesar de paradoxal, de proteção das possibilidades da vida privada e a prática de escolhas numa sociedade mais inclusiva”. (tradução livre dos autores).



sites que tratam da homossexualidade e/ou do feminismo e em portais e sites¹³ próprios. Há inúmeros sites e portais GLTB brasileiros na Internet, ligados a associações, organizações não-governamentais ou de empresas dirigidas ao segmento. Entre estes últimos destaca-se o MixBrasil¹⁴, em operação desde 1998, onde há o subsite *Cio para Garotas* com artigos, notícias, coluna e blogs exclusivamente para lésbicas, além de notas sobre ao ativismo e direitos.

Escapando do abrigo dos grandes portais e da homossexualidade em geral, existem sites e portais exclusivamente lésbicos onde o argumento discursivo tende a realizar-se de forma mais completa. Aqui foram tomados para exame o site *Um outro Olhar* e o portal *Comuniles* por representarem dois momentos de visibilidade midiática. Ambos, no entanto, apresentam a importante característica de serem mantidos e produzidos por Ongs. Fachini (2005), aponta a constituição e/ou transformação de grupos oriundos do próprio movimento homossexual em organizações não-governamentais para realização de atividades, num primeiro momento ligadas aos diversos aspectos do binômio saúde-doença quanto à AIDS, através de financiamento privado ou público. Os sites examinados, de duas Ongs com percursos bastante diferenciados, dedicam-se fundamentalmente, ao que a autora registra como ligadas às demandas por “[...] bens simbólicos ou ligadas à idéia de reconhecimento”. Cumpre destacar que as atividades da Ongs são, em grande parte, garantidas por financiamento a projetos específicos e, quanto aos sites, a exigência da atualização constante dos conteúdos demanda alocação de recursos para a tarefa. Por isso, significativa parcela dos sites padece de crônica desatualização.

Um outro olhar, lançado na web em junho de 2004, pertence à Rede de Informações *Um Outro Olhar*, oficializada como ONG em 1990 para atuar na área de saúde e de direitos humanos de mulheres e minorias sexuais através dos eixos de informação, educação e comunicação e intervenção comportamental. A Ong abriu, com

¹³ No presente trabalho designa-se site (ou sítio) como um conjunto de páginas web. Portal é um centro aglomerador e distribuidor de tráfego para uma série de outros sites ou subsites dentro e fora, do domínio ou subdomínio do portal. Domínio é designação dada aos endereços web concebido para facilitar a navegação, pois uma seqüência grande de números de linguagem matemática como são as URLs (ou localizadores uniformes de recursos), dificultaria a tarefa nas redes de computadores.

¹⁴ O MixBrasil está hospedado no Portal Uol incluindo-se na estratégia mercadológica dos megaportais na diversificação de conteúdos como garantia de aumento no tráfego de acesso valorizando a comercialização publicitária.



a internet, mais uma frente de visibilidade já materializado na edição da revista de mesmo título¹⁵. A história do grupo é sintetizada no *banner* inicial do site: 17 anos construindo a história das mulheres lésbicas no Brasil. Com seções de cultura e lazer (poesias, contos, indicações de livros, filmes e baladas), notícias sobre suas atividades e a militância, as presenças diferenciadas nas paradas gays, erotismo lésbico, entrevistas e até sobre animais domésticos e horóscopo, o site revela um enfoque direcionado aos direitos e à saúde. Leis, artigos, decisões de tribunais abrangem a união estável, o direito de pensão e a adoção. Através de financiamentos estatais ligados às políticas de prevenção e apoio da DST/AIDS, elaboraram a primeira cartilha voltada para lésbicas, o *Amor Sem Medo*, reproduzida integralmente no site que expressa a atuação/atividade/militância das áreas prioritárias da organização: o site é um reflexo dela, não um objetivo central de visibilidade midiática no ciberespaço.

Já o portal *Comuniles*, lançado em fevereiro de 2007, é resultante de outro estágio tanto das políticas de visibilidade midiática do lesbianismo como das políticas públicas. A implantação do programa do governo federal *Brasil sem Homofobia*¹⁶, de combate à violência e discriminação contra GTLB, busca a promoção da cidadania homossexual. Na prática, esta concepção implicou na distribuição de verbas por ministérios como o da Cultura, Trabalho e Sub-Secretaria Especial de Direitos Humanos que antes estavam apenas alocados na área da saúde privilegiando uma visão saúde-doença para a homossexualidade. Particularmente, o Ministério da Cultura financiou nos anos 2005/2007 ações, entre elas as paradas de orgulho gay.

O *Comuniles*, um dos 63 projetos selecionados no edital de 2006, define-se como um portal da “comunicação lésbica” com as seções SELENE (agenda de lançamentos, notícias, shows, seminários), Planeta Lésbico (divulgação de arte, vídeos, artigos, livros, fotos) e Flap-Flap (fórum de discussão a ser implantado). Além da visibilidade, seu objetivo é construir uma “rede virtual lésbica” capacitando outras organizações parceiras¹⁷ na manutenção de suas publicações virtuais. A entidade

¹⁵ O periódico surgiu como boletim em 1989, transformado em revista em 1995, com 35 edições registradas pelo site.

¹⁶ O programa, considerado pelo governo como “uma articulação bem sucedida entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada” tem como um dos objetivos centrais a atuação interministerial para a mudança dos gestores públicos.

¹⁷ As nove entidades parceiras são: Articulação Brasileira de Lésbicas–ABL, ACARMO(RS), Divas (PE), Felipa de Souza (RJ), LBL- Liga Brasileira de Lésbicas, Mulheres de Keto(SP), Maria Quitéria(PB), Mulheres Rebeldes(RS) e SENALE .



responsável pelo portal é a COMULHER-Comunicação Mulher, uma ONG dedicada a realização de vídeos e oficinas de capacitação e formação profissional na área.

A multiplicidade de posturas e projetos das parceiras, cuja preocupação é a visibilidade na Internet, abrigados no portal permite o exame de sua atuação discursiva e organizativa no país com recortes feministas, classistas e étnicos verificados no movimento internacional examinados por Jules Falquet em sua resenha das teorias lésbicas. Enquanto a ABL coloca como objetivo a qualificação política de novas lideranças lésbicas, bissexuais e transexuais dentro de grupos mistos, a LBL define-se como uma entidade lésbico-feminista voltada também para bissexuais femininas. O site do SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas é um espaço organizativo comum de todo o movimento. A questão racial e de classe está presente na *ACARMO LBT Negritude*, que capacita e forma lésbicas negras da periferia sob a “ótica lésbica-feminista-libertária”, e no grupo paulista *Mulheres de Keto*, voltada prioritariamente para as lésbicas negras¹⁸ da periferia. A periferia dos grandes centros urbanos é o público do *Grupo de Mulheres Felipa de Sousa* enquanto o *Grupo de Mulheres Maria Quitéria* atua com oficinas de sexualidade, atento às questões identitárias. Também feminista, o DIVAS-Grupo em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual, é o único a declarar preocupação com a questão afetivo-sexual. Já o *Mulheres Rebeldes*, alinha-se com a corrente do lesbianismo radical propondo-se como um grupo que luta contra o patriarcalismo, a homo-lesbofobia, o racismo e o capitalismo.

Nos dois espaços virtuais examinados, a visibilidade na rede é parte essencial da diferenciação e instrumento efetivo na luta contra a lesbofobia e pela busca de direitos de cidadania. Além de representar um espaço de discursivo para a contra-argumentação, a rede presta-se ao exercício de pressão política quando os temas passam para o âmbito da deliberação nas instâncias do Estado. É o caso da *e-campanha*, lançada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros - ABGLT, para apressar a aprovação do Projeto de Lei 122/2006 no Senado Federal através do envio de mensagens aos senadores. Aprovado na Câmara Federal, ele define os crimes resultantes de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero e é considerado como um passo importante para reconhecimento de outros direitos. A e-

¹⁸ Em 21 de março de 2007 foi lançado o Coletivo Nacional de Lésbicas Negras Feministas Autônomas -CANDACE ,com objetivos de luta contra a lesbofobia e o racismo.



campanha multiplica-se por diversos sites que disponibilizam os mecanismos de preenchimento e envio de formulário padronizado¹⁹.

5 CIBERESPAÇO DE COMUNICAÇÃO MASSIVA?

Se os veículos próprios fazem parte da história dos movimentos sociais, políticos, partidários, comunitários e populares tanto como instrumento de divulgação como de organização, a tecnologia digital abre possibilidades e desafios. A Internet, como define Albuquerque (2002, p.29) “[...] um meio ambiente tecnologicamente constituído no qual se verificam relações comunicativas”, é apenas um dos dispositivos desta tecnologia que continuamente produz outros aparatos perseguindo a interconexão e a convergência.

A crescente convergência entre a telefonia digital (móvel e fixa), a Internet, a ampliação e difusão das conexões por banda larga, as comunicações wireless (através de ondas eletromagnéticas) estão constituindo “[...] uma rede de comunicação horizontalizada com trocas intermodais de mensagens interativas de muitos para muitos de forma assíncrona e síncrona” sinaliza Castells (2007, p.246), formulando o conceito de “comunicação individual de massas” já que ao se apropriarem das possibilidades interconectivas dos SMS, blogs, fotologs, vlogs, podcast, wikis²⁰, são criadas redes autônomas de comunicação intermodal.

Ao analisar a crise de legitimidade dos Estados-Nação e das instituições políticas na atualidade, Castells aponta que o uso crescente destas redes comunicacionais pelos movimentos e mobilizações sociais constitui formas alternativas de exercício de “counter-power”. “By counter-power I understand the capacity by social actores to challenge and eventually change the power relations instittucionalized in

¹⁹ A *e-campanha* é a adequação do instrumento das listas de “abaixo-assinado” ao formato da Web.

²⁰ SMS é o serviço de mensagens curtas disponíveis entre celulares, palmtops, aparelhos de telefonia fixa e Internet; Blogs, Fotologs e Vlogs são diários pessoais disponíveis na Internet para publicação de textos, fotos e vídeos pelo proprietário ; Podcast são arquivos de áudio que podem ser acessados e atualizados pela internet para o iPod um aparelho que toca arquivos digitais em MP3; Wiki designa a coleção ou o software usados na escrita colaborativa de hipertextos.Fonte: Wikipedia.



society.”(CASTELLS, 2007, p.248).²¹. Assim, a política midiaticizada não estaria apenas se dando através da política institucionalizada na mídia das grandes empresas, mas também dos movimentos e minorias através da intermodalidade dos suportes digitais de comunicação. A necessidade de inserção de seus temas na esfera pública contemporânea em larga escala, para movimentos progressistas ou conservadores, faz com que também buscam os espaços midiáticos tradicionais para influenciar a opinião pública.

A advertência do autor de que os movimentos sociais não foram gerados pela tecnologia, mas dela se utilizam remete às ponderações de Braga (2004), ao ressaltar que a sociedade midiaticizada contemporânea é conseqüência de necessidades comunicacionais da própria sociedade que vai adaptando os dispositivos tecnológicos. Segundo o autor (p.13): “Dois vetores concorrem para a relevância das questões comunicacionais na contemporaneidade: o reconhecimento da importância das ‘interações’ em todas as áreas de conhecimento e atuação social; e o fato de que tais interações se tornam crescentemente mediaticizadas”.

Mas a intermodalidade não é um campo exclusivo dos movimentos e minorias, estando em disputa com os grandes conglomerados da mídia e das telecomunicações que vem investindo financeira e tecnicamente. Neste sentido, o alerta é significativo:

“[...]o estudo da transformação de relações de poder no novo espaço comunicacional deve considerar a interação entre atores políticos, atores sociais e a mídia comercial, tanto na de massa como na rede, assim como a interconexão entre diferentes mídias que rapidamente estão começando a articular uma reconfiguração do sistema midiático.” (CASTELLS, 2007, p.252).

6 CONCLUSÃO

No mundo globalizado, a convergência das tecnologias de informação e comunicação e a interconexão modal, permitem a visibilidade dos grupos minoritários e diversos na esfera pública. A diversidade encontra caminhos novos para sua visibilidade, questionando os processos instituídos de interação social e as formas normatizadas de trocar afeto entre os gêneros. O debate público possibilita inquietações e transformações que, no plano simbólico, podem se traduzir em novas formas de construir a subjetividade das identidades coletivas.

²¹ “Por counter-power (poder antagonico) eu entendo a capacidade dos atores sociais em desafiar e eventualmente mudar as relações de poder institucionalizadas na sociedade”. (Tradução livre dos autores que não utilizaram a expressão contra-hegemonia de Antonio Gramsci).



A existência de uma tecnologia intermodal de comunicação combinada à relevância dos movimentos sociais ao mobilizarem politicamente setores que fogem da política institucional, revela-se um campo promissor para as novas práticas sociais da comunicação. Sexualidade e gênero, identidades coletivas e diversidade, minorias e cidadania plena são temas circulantes nestes novos espaços e que reclamam por estudos mais aprofundados do campo da comunicação. Neste sentido, o exame da contra-argumentação discursiva das lesbianas na Internet representa apenas um recorte entre as possibilidades abertas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso. **Os Desafios Epistemológicos da Comunicação Mediada por Computador**. Revista Fronteiras, vol IV n° 2, p. 29, São Leopoldo, 2002.

BRAGA, José Luiz. **Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação**. Texto apresentado no GT Epistemologia da Comunicação na XIII Compós, São Bernardo Campo, 2004. Disponível em CDROM.

CASTELLS, Manuel. **Communication, Power and Counter-power in the Network Society**. International Journal of Communication 1,2007, 238-266. Versão on line disponível em: <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc>. Acesso em 28/02/2007.

COGO, Denise M. **Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais**. In XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Porto Alegre. Anais, São Paulo, Intercom, 2004. CD-ROM.

FACCHINI, Regina. **Na ordem do dia: movimento GLBT e paradas**. Publicado em 01/06/2006 em <http://www.paradasp.org.br>. Acesso em 01/10/2006.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005.

FALQUET, Jules. **Breve reseña de algunas teorías lésbicas**. Disponível em http://www.creatividadfeminista.org/articulos/2004/lesb04_teoriaslesb_02.htm, Acesso em 01/03/2006.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997

HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In SILVA, T.T.(org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.103-131.



LOURO, Guacira Lopes. **Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer.** Revista Labrys, agosto/dezembro, 2004, n^o 6, disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/>. Acesso em: 04/03/2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade.** In LOURO, Guacira Lopes (org.). O Corpo Educado-pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2000, 176p.

MAIA, Rouseley C. M. **Redes cívicas e Internet, do ambiente informativo denso as condições de deliberação pública.** In EISENBERG, José, CEPIK, Marco (orgs.) Internet e Política: Teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo,** São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 2000, 101 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org), Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais, Petrópolis, Editora Vozes, 2000, p.73-102.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In : BARBALHO, Alexandre, PAIVA, Raquel, **Comunicação e Cultura das Minorias.** São Paulo: Editora Paulus, Coleção Comunicação, 2005, p.11-14.

REIS, Roberto Alves; MAIA, Rouseley.C.M. Do pessoal ao político-legal: estratégias do jornalismo para enquadrar os movimentos gays. Porto Alegre, **Revista Famecos**, n. 30, ago. 2006, p.46-61.

WEEKS, Jeffrey. The Sexual Citizen. **Theory, Culture & Society**, vol 15(3-4), p.32-52, 1998.

Política, Direitos, Violência e Sexualidade – Pesquisa 9^a Parada do Orgulho GLBT - São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2006.

Sites/Portais

Comunicação Lésbica - www.comuniles.org.br

ALÉM - Associação Lésbica de Minas: <http://www.alem.org.br>

Rede de Informação *Um Outro Olhar* <http://www.umoutroolhar.com.br>

M.O L.E. C. A - Movimento Lésbico de Campinas-: <http://www.moleca.org.br/> -

COLERJ-Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro Elizabeth Calvet
<http://www.coisademulher.org.br>